



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### ATA DA 193ª REUNIÃO ORDINÁRIA CAE/MG

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência ([meet.google.com/rzs-yyzt-jef](https://meet.google.com/rzs-yyzt-jef)), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) para a 193ª Reunião Ordinária tendo como pauta: 1) Pauta: 1) Aprovação das atas da 46ª Reunião Extraordinária e da 192ª Reunião Ordinária; 2) Assinaturas pendentes em atas; 3) Assinatura pendentes Plano de Ação; 4) Lives em Defesa do PNAE; 5) Assuntos Gerais. Com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Maria Nazaré dos Santos, Umbelina da Conceição Rodrigues, Neuzete Fátima Lima, Múcio Alberto Cordeiro (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Tannia Aparecida da Silva Oliveira (representante da N'Golo- representantes Quilombolas); Ellen Vieira Santos (representante da Sociedade Civil - FETAEMG); Valeria Batista Nascimento e Erika Ersinzon (representantes da Secretaria de Estado da Educação/MG); Luciana Caldeira de Paula Ricardo (representante do Conselho Regional de Nutrição- CRN-9) e Ercivane Aparecida da Silva Brito (representante de pais e alunos/EE Leon Renault). Como convidados: Marcos Gomes e Carlos Bagle (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES), Fábio Proença (DIEESE- SINDUTE), Tatiane Guimarães Perri Maciel (Responsável Técnica do PNAE da SEE) e Maristane Oliveira Carvalho - Superintendente), Murilo Henrique Gomes Rufino - Diretor DAFI, Adriana Moreira Nascimento - Coordenadora Prestação de Contas e Naiara Martins da Silva - Nutricionista (representantes da Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí). Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro. Ausências justificadas: Beatriz Rodrigues Neres Veloso, Marco Antônio David de Melo, Flávia Cristina Fernandes de Araújo, Manoel Rosalvo e Paulo Gustavo Grossi. A Presidente Célia de Lima cumprimenta a todos e apresenta os convidados Marcos e Carlos (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES), Tatiane Guimarães Perri Maciel (Responsável Técnica do PNAE da SEE), Adriana, Maristânia, Murilo e Naiara da SRE de Araçuaí. A Presidente Célia inicia a reunião cumprimentando a todos e pede que cada um dos convidados se apresente. Após as apresentações, a Presidente Célia inicia a reunião, apresentando alguns dados para regional. Pergunta se a regional tem 97 escolas, sendo confirmado esse número pela Superintendente. A Presidente Célia fala que dessas 97 escolas, 24 escolas conseguiram atingir o percentual de 30% relacionado à compra da Agricultura Familiar, 5 escolas não compraram nada e 45 escolas que é a maioria. atingiu um percentual inferior aos 30% destinados à compra da Agricultura Familiar. E diz que gostaria de saber da SRE de Araçuaí o porquê dessas altas diferenças. A Superintendente Maristania, diz que fará inicialmente um apanhado geral e depois passará a palavra para equipe detalhar. Diz que haviam preparado slide com dados deste ano, pois não sabiam que seria questionado referente a 2020. Fala que tem na regional, até o momento, uma relação muito harmoniosa e tranqüila com a EMATER, com os órgãos que trabalham com o produtor. Além da EMATER, trabalha com as prefeituras e com as associações. Fala que até o

momento não tiveram nenhum incidente que colocasse em xeque o trabalho com os produtores e escolas. Diz que desde o ano passado foi montado as escolas polos para as chamadas públicas. Fala que a regional tem algumas situações que são bem pertinentes à região, por causa da pandemia ou situações com agricultores em relação à entrega. Diz que conversaram muito com a EMATER e com as escolas. Fala que gostaria de deixar claro que a regional e as escolas conseguem ficar bem afinados com esses órgãos que amparam e apóiam os agricultores. Passa então a palavra para senhora Adriana, responsável por orientar as escolas que conversa com a EMATER e para Naiara, nutricionista que tem detalhes para passar, inclusive sobre as dificuldade que as escolas que não conseguiram comprar, e fala que a regional tem trabalhado com os kits elaborados, com distribuição bem unificada, para que ninguém, nenhum aluno deixe a merenda vencer na escola, para que ninguém fique sem receber o kit. Diz que inclusive tem escola na sede que é polo e o carro da regional leva para escolas da zona rural para o produtor. Agradece a oportunidade de mostrar como é realizado o trabalho na regional. A conselheira Valéria intervém na fala, e diz que essa reunião conjunta com a equipe da SRE de Araçuaí foi justamente devido a reiteradas vezes que o conselheiro Múcio trouxe essas reclamações das escolas quanto às compras unificadas e as dificuldades que as escolas estavam tendo com o processo. Fala que realizou reunião com a equipe de Araçuaí e eles pediram a participação na reunião para apresentar que não tem conhecimento das reclamações relatadas. A presença da regional é devida as inúmeras vezes que o Conselheiro Múcio trouxe esse problema para o Conselho. O conselheiro Mucio diz que acabou de ser comprovado com a fala das representantes, porque se estão tendo dificuldade em fazer as entregas, e o carro da superintendência é que está fazendo, o que os municípios das superintendências não estão presentes, o que eles estão fazendo, ai está a dificuldade dessa chamada pública unificada e a reclamação é essa mesmo, porque quando se unifica o município de uma escola, e o município tem escola muito distante da escola polo, está dificultando essa distribuição tanto para o agricultor quanto para as próprias escolas, e fala que temos que encontrar as respostas e o caminho, o próprio programa da unificação fala isso, que é não unificar numa escola polo única, e sim, dividir os municípios favorecendo e evitando esse distanciamento imenso entre a escola pólo , o agricultor e os interessados, isso facilitaria se fosse repensado esse modelo, e não criar um polo único no município, dividir o município geograficamente, criar mais pólos dentro dos municípios, favorecendo assim a chamada publica unificada, e diz que tem outro problema da chamada pública unificada, que está gerando, como o valor máximo de venda por agricultor é 20 mil reais por ano, quando se unifica, rapidamente o agricultor preenche esse valor mínimo, daí, fica sem fornecedor, porque são raros os municípios que têm associações e cooperativas, se jogar toda a venda para todas as escolas, muitos agricultores não tem produto para entregar porque a produção é muito pequena de boa parte dos agricultores, eles não tem como ofertar para todas as escolas, e ao mesmo tempo se distanciou o agricultor das próprias escolas, se fizermos o trabalho de divisão do município em mais pólos, facilitará, a prova é que a Superintendência teve uma grande dificuldade de cumprir o percentual o ano passado, e enquanto CAE, nós temos essa missão de fiscalizar e averiguar, somos corresponsáveis , e se der errado o CAE responde também por isso, por isso temos que acertar os ponteiros, temos que dialogar, construir a saída e encontrar o melhor caminho tanto para as escolas quanto para os agricultores e para o programa .O que nos interessa é o programa e que ele seja cumprido, porque se temos a garantia 30% da Agricultura Familiar temos que fazer no mínimo isso, temos que garantir essa condição, pois esse programa é muito importante não só para alimentação

escolar,mas principalmente para a economia da Região, visto que ele disponibiliza recursos na mão do Agricultor, permite a sucessão Rural, permite a condição da própria família do aluno entregar o alimento nas escolas, então tudo é um processo que cria um elo favorecendo o conjunto. Diz que é um excelente programa, que não questiona a unificação e sim em criar apenas um pólo em cada município, podemos trabalhar com mais de um. Temos regiões, como por exemplo, de um lado do rio se permite uma relação de agricultores com as escolas de cada lado, então a própria EMATER tem uma condição perfeita para fazer essa divisão geográfica de cada município, beneficiaria muito o programa. Fala que questiona, porque vivencia as situações, e tudo que fala foi a partir da escuta e que tem um exercício de escuta muito perfeito, diz que gosta de ligar, de conversar com os diretores. Conversa com o produtor, e ressalta que sua vida foi sempre de dialogar. O mesmo processo que está sendo feito na Superintendência de Araçuaí. O que não podemos é deixar que continue a acontecer como foi no ano de 2020, em que um grande número de escolas deixou de cumprir os 30% por cento, por algum motivo, temos que entender e construir essa perspectiva de saída. A representante de Araçuaí, Adriana, do setor de Prestação de Contas, diz que primeiramente irá responder o que a Presidente Célia perguntou sobre o ano de 2020. Que o ano de 2020 foi atípico, por causa da pandemia, que pegou todos de surpresa, e a questão de chamada pública unificada iniciou no final de novembro, quando foram capacitados por videoconferência para iniciar os pólos. Em Minas Gerais, primeiramente foram 37 regionais para introduzir a chamada pública unificada, e o motivo da SRE não ter sido incluída nessa primeira etapa, foi justamente não conseguir atender o percentual mínimo de 30%, nos anos anteriores, através do levantamento do SYSMEAE, e de planilha que encaminhamos todos os anos para o CAE. E como todos sabem, essa região do Vale do Jequitinhonha é uma região muito seca. E mesmo com todas essas dificuldades, conseguiram que 37 escolas atingissem mais do que 30% por cento, isso acaba sendo recompensador, pois através de tanto empenho, não só a regional, mas também os diretores e do pessoal da EMATER, pois trabalham em conjunto com os coordenadores da EMATER, inclusive tem contato direto com os pólos, pois são eles que ajudam na elaboração dos projetos de vendas, antes mesmo da SEE encaminhar os mapeamentos, eles já providenciam os mapeamentos dos produtos que são cadastrados, e assim que se inicia o processo, já tem esse planejamento de acordo com a região, e é comum trabalhar juntos com a EMATER. E a introdução à Chamada Pública Unificada, foi inicialmente feita em novembro de 2020, no qual foi realizada a primeira reunião explicando qual era a proposta das escolas que iriam participar, e porque seria introduzida a Chamada Unificada, explicando que estariam seguindo orientações do PNAE , porque a partir de 2022 as Chamadas Públicas serão Unificadas, e explicar também que a regional de Araçuaí, por não ter atingido os 30% por cento da Agricultura Familiar, estava incluída nessa primeira etapa, trabalhando com eles qual seria a escola pólo que ficaria responsável por fazer a articulação da Chamada Pública Unificada. Dentro dessa proposta existem 21 cidades, e durante a capacitação que foi dada, e o que foi repassado é que poderia ser por município, que participariam da Chamada Pública, se o município fosse muito grande poderia dividir, e se tivesse município pequeno, como tem municípios com apenas uma escola, poderá juntar com outra escola, mesmo sendo de outro município. E durante a reunião, os diretores escolheram a escola pólo do município, não juntar dois municípios, pelo fato de logística por causa da distância, porque mesmo sendo da mesma região, porque tem cidades que de uma escola para outra , as estradas não são acessíveis, mas isso foi levado em conta também. Tiveram dois municípios que depois resolveram mudar, que foi Salinas e Medina, porque em Medina a ATB

que ajudava estava saindo, e Salinas, estava mudando de diretora no início, mas a escola pólo escolhida para articular foi feita em conjunto com os diretores, tanto que em 2020, a SRE de Araçuaí conseguiu cumprir os prazos de elaboração dos cardápios, o Edital, e a nutricionista foi contratada. E não tem nenhuma reclamação de agricultor que achou que a escola pólo estava distante. Foi feita a Chamada Pública Unificada com o quantitativo de cada escola, e a EMATER conversou com o agricultor perguntando se esse poderia entregar próximo à sua comunidade, e diz que não tem conhecimento dessa dificuldade dos agricultores, porque foi feito o Projeto de venda junto com a EMATER, e os agricultores é que decidiram para qual escola iriam entregar, de forma que todos pudessem atender a demanda das escolas, e no caso da zona rural, em que não há nenhum agricultor, colocamos o carro da SRE à disposição. Diz que tem também parceria com o município, que disseram que se precisasse de veículo para entrega, eles fariam isso. Reforça que a fala do conselheiro Múcio, que os agricultores estão tendo dificuldades para entregar os alimentos, nunca chegou até a Regional. Fala que tem sim, escolas que a SRE não atende, por exemplo uma escola em Medina, que está com recurso e não foi atendida, pois mudou a gestão, mas que agora com o novo diretor, esse processo será agilizado. Porque se não tem como entregar na escola, o agricultor poderá entregar na Escola Pólo. E relata que fizeram uma reunião, para averiguar se teria como armazenar na Escola Pólo, para fazer a distribuição. Realmente, tem regiões em que os agricultores têm dificuldade em entregar, inclusive houve troca de Gestor da EMATER e as coisas começaram a funcionar melhor. E não tem informações de agricultor que se sentiu prejudicado com esse início de Chamada Pública Unificada devido à distância, não chegou reclamação para SRE nem pelo agricultor nem pelo diretor. E já distribuíram o Primeiro Kit de 2021, estão dentro da programação, tem somente o município de Santa Cruz de Salinas que não conseguiu comprar da Agricultura Familiar, por isso não distribuiu, de 20 pólos, tem somente um que não conseguiu. O problema agora é o 2º Kit, porque tiveram a informação de que alguns agricultores já atingiram o limite de vendas de R\$20.000,00. Então faltará agricultores disponíveis pelo fato do limite atingido já no primeiro Kit. A senhora. Maristânia pede à Presidente Célia e ao conselheiro Mucio, que se eles tiverem essas reclamações por escrito, que encaminhem para SRE de Araçuaí, ou se não puder, se for sigiloso, qual o teor dessa reclamação. Diz que quando citou o exemplo de que eles deixam o carro da Regional não é só pra Sede, e sim, pra qualquer município ou produtor que solicitar, e reforça, que eles não tiveram nenhum relato, em nenhum momento, nem da EMATER, nem de diretores e nem de produtores para com a Regional, fala que esse diálogo é muito bom, para se achar soluções, pois tem vários problemas, mas precisam focar nas possibilidades, quando não é a seca, é o produtor que não tem a quantidade, mas tem a força de vontade, sabe que o recurso nas mãos do produtor é importante, assim como quando pedem recursos para as gráficas trabalharem com impressão para as escolas, todos têm familiares que moram na zona rural, e se souber que há algum produtor com dificuldade, nossa missão é ajudar. E ressalta que em momento algum chegou para eles, quer seja por telefone, e-mail, carta, nenhuma reclamação desse tipo. Diz que como a cidade é pequena, todos se conhecem, o pessoal da EMATER é vizinho da Regional, e se tiver algum documento pode encaminhar, para que eles saibam qual município está com problemas. E reforça que a SRE tem 7 carros de carroceria à disposição para garantir o cumprimento de tudo, e no que depender da SRE, eles não medirão esforços, porém há coisas que fogem do controle da SRE, como exemplo se o produtor não comparece, não consegue entregar, daí, não tem como saber de fato. E faz um convite para que o Conselho faça uma visita para que eles conheçam e enxerguem de perto essa

realidade. A representante Adriana reforça que de acordo com a Lei implantada em 2009, se o agricultor não tivesse condições para a entrega que chegasse aos 30% por cento, eles poderiam adquirir de mercados regionais, porém eles insistiram, fizeram várias reuniões com os agricultores, para incentivar. Aprenderam como emitir a Nota, fazendo com que de fato, acontecesse a Agricultura, porque como se sabe, quanto mais distância a região, mais dificuldade os agricultores têm, principalmente com a tecnologia, e hoje em dia, eles se uniram, tem um Contador, e esse tem um Cronograma de acordo com o Contrato, no dia da entrega dos produtos nas escolas, o Contador já manda por e-mail a Nota Fiscal, de forma que eles podem entregar o produto mediante a Nota Fiscal, porque antes, eles tinham medo de vender para Caixa Escolar, pois achavam que emitir Nota Fiscal iria influenciar na aposentadoria deles. Diz que tiveram que mostrar as leis, trabalhando em conjunto com a EMATER até chegar ao ponto em que estão hoje. Todos participam com seu quantitativo de modo que possa atender ao Edital. Até chegar nesse ponto, tiveram muito trabalho em conjunto, e se está tendo essa reclamação de dificuldade de algum agricultor, pede que eles procurem a regional, para que possam dar apoio necessário à esse processo. A nutricionista Nayara pede a palavra, e diz que quer deixar bem claro é que a regional sempre trabalhou em parceria com a EMATER e os agricultores. E como ela chegou no final de 2020, já chegou com o desafio da Chamada Pública Unificada para 2021, e diz que tudo que é novo, causa uma estranheza, e que a intenção da Chamada Pública Unificada é diminuir tempo e facilitar os trâmites entre a EMATER, produtores e diretores escolares, pois com o outro processo, era muitas chamadas durante o ano, e com a unificação, que tem um período específico do ano, e para o agricultor, ter um pólo como referência é bom, pois ele já sabe onde entregará os produtos, com Nota Fiscal, o produtor poderá escolher a escola mais próxima para ele. E inicialmente, para 2021, fizeram um planejamento para o retorno híbrido das aulas, elaborando e adaptando os cardápios, e no meio do trabalho, foram surpreendidos com as ondas roxas e vermelhas, e todos foram pegos de surpresa, pois tiveram que refazer para a distribuição dos Kits. Foi sugerido que os diretores juntamente com a EMATER, que os produtos que pudessem ser ofertados no KIT, que fossem escolhidos por eles, para facilitar, quais produtos da agricultura familiar poderia conter para garantir essa entrega porque há alguns produtos, como folhosos, que não suportaria no KIT, talvez a dificuldade da Chamada Pública Unificada foi colocada em dúvida por ser nova, porém, pelo planejamento que haviam feito do Ensino Híbrido e agora passaram para entrega dos Kits, para aproveitamento da oferta dos Kits, e o volume de entrega foi muito grande, pois no Ensino Híbrido, a entrega seria ao longo do 1º semestre de 2021, esse teria sido o primeiro planejamento, e com a elaboração dos Kits, eles tiveram que se preparar para uma entrega mais volumosa e de uma vez, essa foi uma das dificuldades encontradas na entrega em conjunto. Mas, juntamente com a EMATER, eles dispuseram quais produtos eles poderiam entregar, naquele período de entrega que cada escola sugerisse para a entrega dos Kits, e como a Superintendente Maristânia colocou, o carro da SRE está disponível para atendimento a todos os 20 municípios, essas entregas foram traçadas junto aos agricultores, os processos licitatórios, os valores gastos, tem uma relação muito estreita com os diretores das escolas do município, e esses com a EMATER. Diz que foi uma surpresa quando essas queixas chegaram até eles, porque não era esse feedback que eles estavam recebendo, as dificuldades sempre tiveram, porém a cada ano, a SRE trata de um jeito para tentar melhorar. E agora, no mês de junho, a Superintendência finaliza a entrega do 1º kit, e encerramos a 1ª Chamada de 2021. E já tem agendado para os meses de junho e julho, um treinamento com os diretores para traçar com eles quais serão as

estratégias para a 2ª Chamada de 2021, e a partir das dificuldades apresentadas, se conseguir ajustar com os pólos, isso não quer dizer que o que aconteceu no início irá se repetir no 2º semestre, tem o ano de 2021 para ajustar esses viés, para que em 2022, com a vigência de fato, da Chamada Pública Unificada, para que todos estejam alinhados. O conselheiro Mucio pede a palavra e parabeniza a nutricionista pelas falas, e diz que o que interessa é reconhecer que o programa, o projeto em si, tem algumas dificuldades, e precisa de ajustes, e diz que não colocará nomes de diretores, porque não é permitido, porém só pediram que se fizesse essa cobrança ao CAE/MG, e ele na condição de representante, se dá a condição de ouvir e repassar os questionamentos levantados, o que ele julga necessário. E pergunta se essa proposta de reorganizar a Chamada Pública no município pode ser repassada para os diretores e eles fazerem as modificações devidas? Se está na alçada deles de fazerem a divisão dentro do município, se podem ao invés de somente uma Escola Pólo, pode haver mais de uma, porque até então, foi passada uma situação de que não havia a possibilidade de modificar. Então, agora esses diretores poderão modificar? A conselheira Valéria Batista pede para responder, dizendo que é para os diretores escolares entrarem em contato e acertar isso com as regionais, porque as escolas pólos e os grupos são divididos de acordo com a Regional, e essa faz reuniões com as escolas, e qualquer alteração, as escolas tem liberdade, porém têm que acertar, porque do contrário, a Regional não terá controle sobre o que estiver acontecendo. E essa orientação vem do Órgão Central, por isso as Regionais precisam fazer esse acompanhamento. E reforça que a SEE não nega nenhum diálogo. Por isso a orientação é essa: que a Regional se reúna com as escola, determine os pólos, passem para o Órgão Central, quais são os grupos e qual é o pólo, e isso é definido entre a Regional e escola, e dentro dessa definição, eles trabalharão o cardápio, junto com a EMATER, que irá definir quais produtos estão em safra, na sazonalidade, os que podem ser usados, se pode ser solicitada uma troca ou não, somente depois disso é que é montado o Edital, é uma construção conjunta: Escola, Regional e EMATER, não pode ser uma construção somente de um lado, é parceria. E o produtor rural, na hora do Edital, ele pode escolher onde ele poderá entregar, quais as escolas que ele dá conta de atender, porque ele não é obrigado a atender todas. Ele pode também conversar com essa escola pólo e acertar, e depois é que são feitos os Contratos. E solicita ao conselheiro Mucio que direcione essas reclamações para a Regional ou para o Órgão Central, ou até mesmo para o e-mail da DISE, porque precisam saber o que está acontecendo e onde está o problema para que possa resolver. O conselheiro Múcio fala que é justamente isso que está tentando entender, pois teve três informações diferentes. A nutricionista da Regional defende que talvez essas informações tenham chegado ao conselheiro Mucio no início, quando ainda não tinham feito as entregas dos primeiros Kits, porque se essas reclamações tivessem chegado no início, a Regional teria traçado estratégias para tentar resolver essas questões. E já estamos no meio do ano, temos uma boa comunicação com eles, tanto com os agricultores, a DISE, na pessoa da conselheira Valéria e EMATER, e os diretores têm autonomia, porém tudo é passado primeiro para a Regional, para que haja planejamento, porém autonomia para não participar da Chamada Pública Unificada, eles não têm, temos que seguir uma Resolução. Foram feitos levantamentos com a Escola Pólo para ver como foi o trabalho, para já na próxima Chamada, alinharem essas dificuldades, e provavelmente, essa reunião será feita separadamente, por municípios, com as escolas de municípios separados, pois tem uma discrepância de um município para outro, tem realidades diferentes dentro da nossa Regional, então a estratégia será tratada por município, para se adequar por município, e não taxar uma metodologia de seleção de produtos de uma

forma generalizada, mas sim, atender as necessidades regionais de cada município, de cada cidade. E a representante da SRE, Adriana reforça a fala da conselheira Valéria, de que a introdução da Chamada Pública Unificada é tudo muito novo, num primeiro momento assusta, porém, foi seguido passo a passo, na primeira reunião, foi proposta ao conjunto de escolas a escolha da “ Escola Pólo”, depois tiveram a reunião em que eles trouxeram os nomes das escolas, depois foi solicitado a relação dos cardápios, que eles escolheram dentro do Pólo, e para essa elaboração, eles fizeram em conjunto com a EMATER, uma reunião, e definiram quais produtos estariam disponíveis para o ano de 2021, tiveram um problema, no início, pois ainda não havia o mapeamento dos produtos para o ano de 2021, então a EMATER focou o mapeamento no que eles estariam produzindo em 2020, tudo que a SRE faz é em conjunto, sem taxar ou ordenar que o agricultor deve entregar para a Escola que escolhermos, os agricultores apresentam seu Projeto de Vendas, e tem um planejamento do que cada Caixa Escolar necessita, o quantitativo que necessita, apesar de ser Unificado, e os agricultores, em conjunto com a EMATER para que nenhum agricultor fique prejudicado, essa articulação é da própria EMATER com os agricultores, que no dia da reunião, entregam o projeto de vendas, e depois cada Caixa Escolar chama os seus agricultores para assinarem o Contrato , e é nesse momento em que ele decide se ele quer assinar o Contrato ou não. Se há essa dificuldade, se chegou essa reclamação, precisam estar cientes, para que possam conversar com os Gestores e ver o que realmente aconteceu, se chegou até eles essa reclamação e não foi repassado para a SRE, para se tentar chegar em um acordo e dar orientações corretas para que nenhum agricultor se sinta prejudicado com essa nova modalidade de Chamada Pública Unificada, que veio exatamente para ajudá-lo na questão de logística, na questão da distribuição em que todos possam atender ao seu município. O conselheiro Mucio diz que, ou essa confusão foi mesmo no início ou o diretor repassou pra ele uma notícia que não condiz com a realidade, mas a função de se fazer o debate foi cumprida, na condição de representante, é preciso ter esse diálogo, e espera que de fato, o Programa funcione, porque é para isso que ele existe: para dar certo. Com relação ao diálogo, é fundamental aumentar e abrir sim, e aqueles que fazem parte do diálogo, que ocupam um espaço público, devemos respeitar a população e o conjunto. E feito esse debate, o que interessava a ele, que era que esse tema de Chamada Pública Unificada viesse à tona e como funciona, foi importante que ele tenha sido feito e construído aqui. E como representante do CAE, sempre que surge alguma coisa, ele diz que se coloca como questionador, de assuntos que coloquem dúvidas ou que é de direito de alguém que o procure, ele transmite para o coletivo, e acredita que é sua função tentar construir esse espaço, porém, não tem autorização para falar nomes de diretores que fizeram essa reclamação e não acha conveniente fazer tal coisa, mesmo porque não quer criar nenhum embaraço para as pessoas, porque muitas vezes, é o próprio diretor que traz essas dificuldades. E agradece ao pessoal da SRE de Araçuaí por ter feito esse debate, e dizer que trabalha com muito afinco tanto como representante dos Trabalhadores da Educação- SIND-UTE, e também no Conselho de Alimentação Escolar, e procura não travar mentiras, travar sempre a verdade em nome do conjunto, e diz que quando tem dúvidas, ele procura construir em cima das suas próprias dúvidas. A Superintendente Maristânia agradece e reporta ao conselheiro Múcio que podem trabalhar assim, cada um respeitando o espaço do outro, ela seguindo as diretrizes da SEE/MG, e o conselheiro Mucio segue as diretrizes, ora na defesa do CAE como Conselheiro, ora como representante do Sindicato, cada um seguindo suas diretrizes, respeitando o espaço do outro, para o bem estar de todos, o que todos querem é que tudo funcione bem e para todos. Agradece a participação, não

somente dos 4 que estavam na reunião, mas de toda a equipe, que são um total de 112 funcionários. O conselheiro Mucio pede a palavra somente para destacar que as reclamações recebidas não foram especificamente para Araçuaí, pois são 21 municípios. A Presidente Célia agradece a participação dos representantes da SRE de Araçuaí, e como o conselheiro Mucio bem colocou, que um diálogo franco, fraterno, é a melhor forma para que possamos resolver todos os impasses, e como a conselheira Valéria também deixou bem claro que esse processo de Chamada Pública Unificada pode ser repensado de uma forma que atenda melhor a todos. E fala que teve duas falas em que ela teve dúvidas. A primeira relacionada à fala da Adriana, quando ela falou sobre a autorização para compra em mercadinho. A representante da SRE responde que no início da implantação da Agricultura Familiar, tudo era muito difícil, tanto para os agricultores que ainda tinha aquela resistência, de que se vendesse seus produtos e emitisse nota fiscal, isso iria influenciar na aposentadoria, porque como ela já está há mais tempo na SRE, e sabe da implantação da Lei que exige que os recursos repassados pelo PNAE, 30% deles tem que ir para a Agricultura Familiar. No início do programa, se o agricultor não tem o produto e não tem nota fiscal, se houve a publicação, pode-se pensar em comprar no mercado convencional. Poderia ser muito fácil assim. Mas contudo, foram feitas reuniões com a EMATER, onde se cadastrou os agricultores, e foi dado orientações que seria interessante vender para as Caixas Escolares, daí, conseguiu-se, participando de reuniões em outros municípios, e conseguimos convencer, inclusive os diretores, tivemos que lutar, articular muito, para que a Agricultura atingisse esse percentual hoje. Entramos em contato com a Secretaria de Agricultura, a prefeitura colocou funcionários para auxiliar na emissão de Notas Fiscais. Então, fala que tiveram que lutar para que conseguissem atingir bons resultados. A Presidente Célia pergunta quais são as medidas que a SRE está tomando para que a maioria das escolas da rede estadual cumpra esse percentual mínimo de 30% por cento, quais os cuidados que a SRE está tendo em relação à essa questão? A representante Adriana responde que, além da articulação com a própria EMATER, pois trabalham em parceria e união com os agricultores, a própria SEE, através da Lei Federal, essa unificação da Chamada Pública é uma estratégia para que possam alcançar novos municípios. Diz que já tem a região de Berilo que já atinge mais do que 30%, diz que eles trabalham para que dê certo, pois isso trará desenvolvimento para a região. E fala que quem pode falar isso tudo, são os próprios diretores que estão ali, na frente, trabalhando, mesmo diante das dificuldades, para que esse programa dê certo. A Presidente Célia agradece a participação da SRE de Araçuaí e pergunta se algum conselheiro tem algum questionamento a fazer, ninguém se manifesta. Então, ela diz que começaremos a falar da Pauta programada para essa reunião. E diz que, se a equipe da SRE quiser permanecer, e a Superintendente de Araçuaí Sra. Maristânia agradece a participação e convida aos conselheiros, que logo que passe essa pandemia, para conhecer a região de Araçuaí, e se despedem. A Presidente Célia retoma a palavra e dá boas-vindas à conselheira Ellen, representante da FETAEMG, e dá seguimento à reunião, passando a palavra para a Secretária Executiva Janete que começa falando sobre a aprovação das atas 192ª Reunião Ordinária e da 46ª Reunião Extraordinária. A Presidente Célia fala sobre as Atas 46ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 29 de abril de 2021, que tratou do Parecer do SIGECON e que neste dia, a reunião aconteceu em dois momentos; na 192ª Reunião Ordinária, em que estava presente o Sr. Guilherme da UNICAFES, falou-se sobre a aprovação das Atas 190ª, 191ª e 45ª, foi discutido sobre a Live que iria ocorrer em defesa do PNAE, houve apresentação dos slides e foi discutido também sobre reuniões com as SRE's. Todos concordam com as Atas, aprovando sem ressalvas. Passando para o segundo ponto da pauta a Secretária Executiva



fala sobre algumas Atas que precisam ser assinadas, informando os nomes dos conselheiros e as atas que ainda não foram assinadas e pede que a servidora Júnia fale sobre essas Atas pendentes. Porém neste momento não é possível a servidora Júnia falar, pois perde a conexão, a Secretária Executiva Janete dá prosseguimento: Atas 45ª Extraordinária, falta assinatura do conselheiro Mauricio, a Ata 188ª Ordinária, falta assinatura da conselheira Ana Paula, a Ata 190ª Ordinária, falta assinatura do conselheiro Paulo Grossi, a Ata 187ª Ordinária faltam assinaturas dos conselheiros Maurício e Thais, a Ata 45ª Extraordinária, faltam assinaturas dos conselheiro Paulo e Beatriz, a Ata 44ª Extraordinária, falta assinatura do conselheiro Paulo Grossi, a Ata 191ª Ordinária falta assinaturas dos conselheiros Paulo, Célia e Beatriz. Pede que se algum conselheiro tiver tendo problema com a assinatura das atas, que entre em contato com a servidora Júnia ou com a própria Secretária Executiva para que não acumule as assinaturas de Atas, porque caso ocorra alguma verificação de órgãos de Controle, como teve o ano passado pelo CECANE, não tenha Ata sem assinatura. Diz que o Plano de Ação precisa ser assinado por todos os conselheiros, titulares e suplentes. Que em reunião foi deliberado que todos assinariam o Plano de Ação, mesmo aqueles que não tenham participado da reunião e que somente após assinatura poderá encaminhar para SEE. Fala que 13 conselheiros assinaram, faltando 12, e reforça o pedido para que todos assinem o Plano, pois somente depois do documento encaminhado, é que a SEE/MG poderá viabilizar a questão dos equipamentos para atender alguns conselheiros com relação às visitas in loco e registro das mesmas, e diz que quanto mais rápido for encaminhado o Plano de Ação para a SEE, mais rápido pode caminhar esse processo. O próximo ponto de pauta é sobre as lives em defesa do PNAE, e fala sobre o que foi comentado, a Presidente Célia pergunta quais dos conselheiros participaram, e o conselheiro Mucio diz que participou de uma. Então a Presidente Célia parabeniza a Vice-presidente Luciana Caldeira de Paula Ricardo que representou o CAE/MG, com as participações da Fátima Menezes do FNDE, do CONSEA, onde a Vice-presidente apresentou os slides apresentados aos conselheiros com antecedência em reunião, e depois a Vice-Presidente Luciana passou a ser moderadora das reuniões. E pergunta à Secretária Executiva Janete se conseguiu agendar a reunião com as SRE's, e ela responde que foi encaminhado um Ofício para SEE, em 06 de maio de 2021, porém ainda não obtivemos resposta no sistema SEI. Informa que foi encaminhado para Subsecretária de Articulação Educacional, a SEAD, que está responsável pelos conselhos atualmente, porém houve alteração de direção, antes era a senhora. Rosa, agora é a senhora Geniana, e por isso está tendo algumas alterações no setor, pode ser por esse motivo que esteja demorando o retorno para o CAE, mas pode reiterar diretamente para essa nova Subsecretária. A Presidente Célia diz que esse já é um pedido antigo no CAE para que essa reunião ocorra. E aproveita e pergunta também sobre a contratação das nutricionistas, se tem alguma resposta, e a Secretária Executiva Janete pede que a conselheira Valéria fale. A conselheira Valéria responde que está programado a publicação do Edital para a 3ª semana do mês de Junho, e terá um período de 3 a 4 dias de inscrição, e depois a avaliação de documentos, entrevista, e a previsão de contratação seria até o final do mês de julho, se tudo ocorrer dentro do esperado. A Secretária Executiva Janete retoma a palavra e fala sobre a Prestação de Contas referente ao 1º Trimestre de 2021, que foi encaminhado pela SEE ao Conselho, também sobre o Ofício encaminhado ao Ministério Público junto com o CONSEA, relatando o que foi adotado pelo CAE e pelo CONSEA na época, durante o ano de 2020, solicitando uma ajuda para que esse ano consigamos uma ação mais efetiva dentro do programa do PNAE, e ainda não obtivemos retorno sobre esse Ofício. A Presidente Célia pergunta sobre a questão da regularização do Conselho, a

Secretária Executiva Janete responde que a situação do Conselho já está regular, tanto é que já encaminhamos o Parecer de 2019. O conselho foi atualizado dentro do SIGECON. Diz que está aguardando liberação em julho, para encaminhar o Parecer de 2020, assim que liberar, encaminhará, porque, por enquanto está liberado somente para a Entidade Executora, no caso, a SEE/MG. A Presidente Célia diz que foi feita uma provocação junto à SEE/MG em relação às visitas in loco às escolas estaduais e a resposta que recebemos foi de que não há proibição, só que precisa ser avisado com antecedência, para que seja programado, se houver a necessidade de visitas. A Presidente Célia diz que recebeu uma denúncia, a qual foi encaminhada ao Conselho, e essa denúncia foi direto para o FNDE, porém, no vídeo que fizeram não havia o nome da escola, citava somente o nome do bairro, que é o Bairro Caiçaras, em Belo Horizonte, e a representante convidada da DISE, Tatiane Guimarães Perri Maciel conseguiu informações através de arquivos da SEE, entraram em contato com a Regional, e essa entrou em contato com o diretor, o qual relatou que todos os produtos que estavam vencidos, ele conseguiu trocar com o fornecedor, e que ele estaria fazendo as trocas, para montar os Kits e entregar aos alunos, segundo ele, foi restos do Kit do ano de 2020 que os alunos não buscaram, e no início do ano, como teve a questão da onda roxa, ele acabou ficando com esses produtos armazenados na escola, mas segundo ele, conseguiu a troca com o fornecedor, e o nome da escola é E. E. Caio Nelson de Sena, da Metropolitana B. A Presidente Célia pede que a Secretária Executiva Janete continue, e ela fala sobre o Ofício para SEE/MG referente à atualização do Decreto do Conselho, com base na Resolução nº 6/2020, encaminhado para Superintendente da qual a conselheira Valéria faz parte, que foi despachado para a superintendente Renata, pela SA ( Subsecretaria de Administração) no dia 28 de maio de 2021 e a Secretária Executiva Janete pergunta à conselheira Valéria se ela tem alguma informação com relação a esse assunto, e a conselheira Valéria responde que ainda não chegou até ela, pede o número do processo para verificar junto à Subsecretaria a qual ela faz parte. A Secretária Executiva Janete fala também sobre as visitas in loco feitas pela Presidente Célia, na cidade em que reside, Carandaí. A Presidente Célia diz que se sentiu muito incomodada, e como ela mesmo faz essa cobrança para que se entregue os Kit de Alimentação Escolar, que se cumpra o percentual de 30% da Agricultura familiar, e ela pediu junto ao CAE para fazer visita em 03 escolas próximas à localidade em que reside, e até a presente data não havia sido entregue nenhum Kit de Alimentação Escolar, e diz que, em uma das escolas em que visitou, a Escola Estadual Deputado Patrus de Souza, no ano de 2020, essa escola não entregou nenhum Kit, então recebeu uma Ata do Colegiado falando do medo de infecção, os recursos eram poucos, grande parte dos alunos dessa escola moram em zona rural, dependem do transporte escolar, e a relação custo x benefício, segundo relato do Vice- Diretor, que informou que não valeria a pena buscar esses alimentos na escola. E continua relatando que fez duas visitas, uma delas no dia 08 de junho de 2021 para acompanhar a licitação, essa escola ainda está no processo de licitação para começar a confecção dos Kits e entrega. E de acordo com um Relatório que eles encaminharam para a Presidente Célia, o Kit será muito bom. A escola tem Curso Profissionalizante. E eles disseram que nesse 1º Kit eles entregarão: 1 kilo de fubá, 2 litros de leite, 1 litro de óleo, 1 pacote de 5 kilos de arroz, 2 pacotes de macarrão, 1 kilo de farinha de trigo, 1 kilo de canjiquinha, fora as frutas e legumes. Essa escola não tem condições de receber nenhum aluno, as caixas d'água, que são imensas, estão cobertas por plástico, e diz que tem fotos, e encaminhará para o e-mail do Conselho, e segundo o relato do responsável pela escola já foi programado a troca das caixas d'água. O refeitório não comporta nem a metade dos alunos, em tempos de aula presencial, a maioria deles fazem as refeições na

quadra esportiva. As paredes todas mofadas, cheias de bolor, descascadas, janelas quebradas, sem ventilação adequada, sem nenhuma condição de atender aos alunos. E hoje, dia 10 de junho de 2021, encaminharam um relatório, com recursos para fazer obras emergenciais. A segunda é a Escola Estadual Nossa Senhora do Carmo, uma escola totalmente arrumada e organizada, com pequenos problemas, fáceis de se resolver, porém não entregou nenhum kit esse ano de 2021. A terceira em que ela fez visita está em obras, porém os recursos não são suficientes para terminar as obras, precisa trocar as caixas d'água, pois são de amianto, o chão está esburacado, estão arrumando teto, janelas quebradas, apesar de mostrar que está em obras, essas ficarão paralisadas por falta de recursos. Essas escolas já compraram medidor de temperatura, dispenser de álcool em gel, quase tudo que foi solicitado para um possível retorno para aulas presenciais, porém as máscaras que elas utilizarão, são de tecido que não protegem em nada, correndo um risco de contaminação. Essa é a situação verificada nessas 3 escolas em que a Presidente Célia visitou, e nenhuma entregou Kit ainda esse ano. E diz que é meio complicado o retorno das aulas presenciais nessas escolas do jeito que estão. A Secretária Executiva Janete diz que foi feita uma adequação no material de check list para visitas in loco, que ela estará encaminhando para os conselheiros. A Presidente Célia diz que em uma das escolas que visitou, terá de retornar, pois não tem Vice-diretor, a Supervisora está em Trabalho Remoto e a diretora está afastada com suspeita de COVID. A Secretária Executiva Janete diz que já que está sendo pensado nas visitas in loco, é necessário que os conselheiros que ainda não assinaram o Plano de Ação, assinem o mais rápido possível, para que ele seja encaminhado para SEE/MG. A Presidente Célia diz que realizou essas visitas por conta própria, porque ela estava se sentindo incomodada, agora, para os conselheiros viajarem para fazer essas visitas, ela diz que é meio complicado. E ressalta que as visitas foram feitas próximas a casa dela, e teve contato com no máximo duas pessoas. Ter que se deslocar para lugares longes e diz que não quer colocar ninguém em dificuldade. A Secretária Executiva Janete diz que na situação em que vivemos, por causa da pandemia, é complicado mesmo. O conselheiro Mucio diz que faz das palavras da Presidente Célia suas palavras, o momento é muito crítico, diz que onde mora, tem 20.000 habitantes, e já passou de mais de mil casos, somente 10 leitos, todos ocupados, quando morre um, já tem 2 ou 3 para ocupar, a situação é crítica, assim como a situação dos espaços nas escolas, infelizmente o Governo não conhece as escolas que tem, escolas com cantina e pátio desativado, pois está desabando, e com retorno híbrido previsto para daqui a alguns dias. Diz que na realidade, a preocupação é até que ponto, qual é a condição que estamos colocando a vida do trabalhador, e não somos nós, do Conselho do CAE que orientaremos as visitas, até porque seria mais algumas vidas sendo colocada em risco, a situação é muito preocupante. Diz que quase não participou da live, e desse encontro e debate entre a SRE de Araçuaí, pois está com muitas demandas, diz que não falará nome de diretor, porque sabe quais as consequências de se falar nomes de diretores, mas que falará com a conselheira Valéria, diretamente, e passará essas informações à ela, com relação a alguns questionamentos, e podem sofrer alguma represália e não acha conveniente fazer com que um gestor que faz um bom trabalho seja penalizado e fique em situação difícil depois. A Presidente Célia concorda com o conselheiro Múcio, que ele deve fazer essa comunicação diretamente com a conselheira Valéria, e sabe como é, que por muitos anos trabalhou na Educação como Professora, e a fala com os conselheiros é uma, e a fala com a SEE/MG é outra. O conselheiro Múcio diz que não quer expor as falas que tem para não constranger a pessoa, e um debate só é democrático se casar teoria e prática. Não existe democracia, sem a teoria e a prática, tem que se falar

e cumprir, e é ruim quando se fala uma coisa e depois se fala outra. Diz que gostou muito da fala da nutricionista, uma pessoa sensata, é preciso ter esse diálogo, porque às vezes torna-se melhor a execução quando se dialoga com alguém da ponta que compreenda o processo com mais facilidade. A Presidente Célia fala que enfrenta também muitas dificuldades, e não falará nome, porque a nutricionista não se encontra mais trabalhando na SRE, porque na última contratação de nutricionistas, uma era assediada, e a outra havia até abaixo-assinado, inclusive de diretores escolares para que ela saísse da função, porque ela queria fazer o trabalho correto, ela era muito exigente, e chegaram até a questionar um abaixo-assinado para que ela saísse, pessoa muito inteligente, demonstrava conhecer muito do trabalho dela e muito atuante, diz que vivenciamos muito disso, de que a fala não condiz com a prática, as dificuldades que as pessoas enfrentam no local de trabalho, e infelizmente, essa nutricionista não quis trazer a denúncia e respeitamos a vontade dela naquele momento. Fala que sabe das dificuldades que os diretores também passam em determinadas SRE's, e completa que foi ótimo a presença tanto da conselheira Valéria, quanto do pessoal da SRE de Araçuaí, porque essa questão de Chamada Pública Unificada, ela pode ir se adaptando para melhor atender a todos. A conselheira Valéria diz que também gostou muito da participação da SRE de Araçuaí, e quando o senhor Roberto Horta e ela fizeram a reunião com eles, falaram sobre esses apontamentos que estavam havendo no CAE, eles falaram que estava tudo tranquilo e pediram a participação, porque tem dois lados: eles apresentarem o que estão fazendo e também saber que tem um Órgão fiscalizador que está acompanhando, pois a Chamada Unificada é um processo que estamos caminhando para ele, e temos um decreto que a partir de 2022 iremos fazer a Chamada Pública Unificada no Estado, estamos fazendo aos poucos, no ano de 2020 foram com 20 escolas, esse ano começamos com as regionais, com 35, a região de Araçuaí está nesse meio. Diz que estamos trabalhando essas que estão com maior dificuldade de atingir os 30%. Num primeiro momento é um trabalho de adaptação como piloto, e levantando todos os problemas que estamos enfrentando, é para exatamente, quando chegarmos em 2022, consigamos implantar um trabalho melhor, nesse mês de junho já estamos trabalhando para iniciar a Chamada para o 2º semestre, e isso tudo que foi levantado é muito bom para trabalharmos as dificuldades com as regionais, porque é uma novidade também para as escolas. Diz que estamos colocando uma novidade, e se não houver apoio das escolas, não teremos sucesso. Precisamos ter a regional como parceiros para obtermos sucesso, eles têm que ter esse diálogo, essa maneira de trabalhar com as escolas. Não é imposição, é diálogo, de todas as regionais com as escolas, com a EMATER e com o agricultor também, pois ele é nosso parceiro, do mesmo modo que ele precisa de nós, nós precisamos dele. A partir da terceira semana estaremos trabalhando para ter um retorno híbrido, se terá retorno ou não, mas temos que trabalhar com a possibilidade de adquirir Kits como também com compra para preparação para as aulas presenciais. Tanto as escolas quanto as regionais podem entrar em contato com o Órgão Central para pedir apoio, e se possível, até participar da reunião que eles fizerem. A Presidente Célia pergunta à conselheira Valéria sobre uma dúvida que surgiu na reunião do Controle Social, o senhor Roberto Horta havia colocado que para esses Kits que estão sendo entregues em 2021, que as escolas que tivessem alunos com problemas de deslocamento para buscar o Kit, que as escolas poderiam utilizar carroças, moto táxi, para que o Kit chegasse até os alunos, e diz que gostaria de saber se tem alguma orientação ou recomendação para as escolas nesse sentido. A conselheira Valéria diz que isso foi recomendado a todas as escolas durante a onda roxa, mas também fora da onda roxa, é disponibilizado recurso de custeio para contratação

de moto taxi, aquelas escolas que relatam que precisam, elas mandam o orçamento e é repostado esse recurso para as escolas fazerem essa contratação. E a Presidente Célia pede que a conselheira Valéria encaminhe para ela essa orientação, porque nas escolas em que ela visitou em Carandaí, grande parte dos alunos são de zona rural, e o transporte escolar está parado. A conselheira Valéria diz que a escola tem que ser proativa, se está tendo dificuldades, ela tem que relatar para a SEE, como as escolas não estão gastando com produtos de limpeza, eles podem utilizar os recursos de custeio para essa finalidade de transporte. E diz que passará para a Superintendência responsável para que ela faça essas orientações, para reforçar que as escolas tem que fazer todo o esforço de entregar os Kits. A conselheira Ercivane pede a palavra para falar que achou muito importante a presença da SRE de Araçuaí nessa reunião, e como órgão fiscalizador, e isso tudo que foi dito, o que a Valéria levou para a Superintendência é para que eles fiquem alertas, porque quando as informações ficam desconhecidas, sem prestar contas do que se está fazendo, e o CAE precisa estar presente, e dá uma sugestão de que poderíamos receber convidados assim, até mesmo para cobrar proatividade de algumas ações que não acontecem e que poderiam acontecer, e pensa que às vezes as pessoas que poderiam fazer as coisas acontecerem não estão fazendo, e essa fase da pandemia nos chama muito a atenção para os servidores públicos, que às vezes fica esperando, demorando demais, e chamou a atenção de que essa SRE está trabalhando, mas ainda há muito o que se fazer. A Presidente Célia diz que tem que chamar mais vezes sim, para questionar determinadas ações e porque outras não estão ocorrendo da forma como devem, então como deixamos muito à vontade, é bom chamar mais vezes para participar das reuniões do CAE. O conselheiro Mucio reforça o pedido de se reunir com as 47 SRE's. A Secretária Executiva Janete fala sobre os e-mails enviados referentes à orientações da SEE em relação ao Kits; a solicitação dos servidores de Araçuaí para participarem da reunião; o encaminhamento das Atas 192ª e 46ª para os conselheiros. E como último ponto, que foi sugerido pela conselheira Beatriz, para convidar a Escola Estadual Francisco Lablanca, de Ribeirão das Neves para participar do Conselho, só que eles não deram retorno, ninguém atende ao telefonema, e já tem indicação da Escola Estadual Leon Renault e só falta essa indicação, e pergunta se pode encaminhar a indicação que já temos em mãos, pois já tem um período que está parado e os conselheiros verificam outra escola, colocando como sugestão: convidar ou fazer um Chamamento para disponibilizar essa vaga para quem tem interesse, para completar o Conselho. A Presidente Célia diz que podemos fazer o Chamamento e verificar com essa escola se ela tem interesse. A Secretária Executiva Janete fala que já estamos encaminhando desde abril para ela, tanto Ofício como e-mail e ainda não obtivemos retorno. A Presidente Célia diz que olhará na escola que fará outra visita, pois tem um Relatório para ser assinado, e então aguardará o retorno da diretora. A Secretária Executiva Janete pergunta à Presidente Célia se ela pode encaminhar a indicação da Escola Estadual Leon Renault e a Presidente responde que sim. A Presidente Célia agradece a presença de todos e encerra a reunião. Não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 10 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Neuzete Fátima de Lima, Conselheiro(a)**, em 18/08/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 18/08/2021, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nazaré dos Santos, Conselheiro(a)**, em 18/08/2021, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 18/08/2021, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ercivane Aparecida da Silva Brito, Conselheira**, em 19/08/2021, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 20/08/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Umbelina da Conceicao Rodrigues, Conselheiro(a)**, em 27/08/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Ersinzon, Nutricionista**, em 27/08/2021, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Vieira Santos, Conselheira**, em 27/08/2021, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 08/09/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Batista Nascimento, Conselheiro(a)**, em 13/09/2021, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **33698247** e o código CRC **1D21837B**.